

Kido Guerra

Brasília — A aceitação da proposta do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, pelos credores internacionais é tudo o que o governo brasileiro gostaria. Mas se isto acontecer, nos próximos quatro anos — e na melhor das hipóteses — o Brasil estará cerca de 20 bilhões de dólares mais pobre. Ou seja, continuará sendo o país que mais deve às nações ricas, com uma dívida 20% superior, que passará dos atuais 105 bilhões de dólares, para 125 bilhões de dólares. Tudo isso, sem contar a remessa de juros e serviços, que deverá ser retomada este ano.

A tese defendida pela equipe econômica, que vai direcionar a política brasileira na condução da renegociação da dívida — apresentada na semana passada pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, aos países membros do comitê interino do Fundo Monetário Internacional, em Washinton — é a do endividamento crescente. Segundo o documento exposto ao FMI, o país precisa, para poder crescer, dever cada vez mais.

Nesse aspecto muito se assemelha à linha adotada nos anos 70 pelas equipes econômicas do ex-presidente Emílio Médici e Ernesto Geisel. Com um agravante: o Plano Funaro para a dívida externa, que se sustenta, politicamente, na retórica de “reduzir em cerca da metade a transferência de recursos para o exterior”, prevê a remessa anual, até 1991, de cerca de 8 bilhões de dólares, e o ingresso líquido de 4 bilhões de dólares por ano, em média.

Em números redondos, o Brasil pretende enviar ao exterior o total líquido de 40 bilhões 500 milhões de dólares para receber, em contrapartida, cerca da metade: 20 bilhões 500 milhões de dólares. Ou seja: o dinheiro que entra, matematicamente, vai sair. O

restante será somado ao montante da dívida.

— O Brasil vai entrar na história da economia internacional como sendo o primeiro país que decretou a moratória para aumentar a sua dívida externa — fuzila o deputado e ex-ministro Delfim Netto (PDS-SP), um dos maiores opositores da atual política econômica e apontado como um dos principais responsáveis pelo alto nível de endividamento do país.

Um paradoxo

Para o economista e professor Dercio Munhoz (que participou da elaboração da política econômica que seria adotada pelo presidente Tancredo Neves), o fato é, “no mínimo, paradoxal”. A tese de que o desenvolvimento econômico pressupõe o crescimento da dívida “não tem validade”.

— Ao se optar pelo endividamento crescente, é preciso também se admitir que o problema dos encargos da dívida será muito maior do que é hoje — observa o economista, indagando: “Queremos isso?”

— Para que antecipar essa angústia? — argumenta o constituinte Miro Teixeira (PMDB-RJ), um dos vice-líderes na Câmara dos Deputados. Ele não vê semelhança entre as políticas adotadas por Funaro e pelos ex-ministros Delfim Netto e Reis Velloso (titular da Seplan no governo Geisel).

— Naquele tempo, o dinheiro emprestado entrava para a realização de investimentos desnecessários, como centrais nucleares, sem qualquer definição de prioridades — diz Miro, considerando ainda que o governo está agindo corretamente na questão da dívida. “A única opção, além da que está sendo formulada, é voltar a se submeter ao monitoramento do FMI que, como já vimos, determina uma política recessiva”. Para o deputado, “primeiro se deve renegociar a dívida e depois pensar em como pagar o resto, necessário ao crescimento do país”.

Também com um discurso moderado, o líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique — que tem se encontrado constantemente com os principais assessores do ministro da Fazenda — prevê que o país “não terá problemas nem a curto, médio ou longo prazos, se a dívida for renegociada em condições favoráveis e convertida em investimentos produtivos”.

É exatamente assim que pensam os técnicos da área econômica do governo, que desejam a consolidação da dívida com juros baixos (talvez 2% anuais) e a alocação de recursos para setores básicos da economia — energia elétrica, siderurgia e transportes —, sem se importar com as consequências não muito positivas que a moratória parcial provocou nos países credores.

Polêmica

A retórica otimista do governo, que vem sendo facilmente absorvida por setores moderados do PMDB, desperta polêmica nos demais segmentos e correntes ideológicas, abafada, no entanto, pelas infundáveis disputas de cargos que movem os parlamentares eleitos para redigir a nova Constituição.

Nos corredores e gabinetes do Congresso, circulam pelo menos três propostas concretas de criarem comissões especiais para discutir a questão da dívida. Uma, no Senado, já foi aprovada e deverá ser instalada nos próximos dias, com a provável presidência do líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, que discorda da condução do governo: “É uma estratégia de anestesia e não de cura, além de uma maneira de fazer crescer o drama do presente.”

Na Câmara, os deputados peemedebistas João Cunha (SP) e Paulo Ramos (RJ) já colheram, separadamente, mais de 200 assinaturas para suas propostas de instalar imediatamente uma auditoria da dívida externa. Ramos, que na semana passada movimentou o plenário da casa com um veemente discurso, concluiu, após uma simples

equação matemática, que o Brasil vai remeter, nos próximos quatro anos, para o exterior, “quase os mesmos 34 bilhões de dólares que transferiu de 1983 a 1986”. Errou por pouco: a transferência será de 40 bilhões 500 milhões de dólares.

Mais pragmático, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) chama a renegociação da dívida de “meia-sola” e é incisivo: “A dívida tem um principal que não se tem como pagar. Essa é a base de qualquer discussão, pois discussões limitadas não levam a canto algum.” Para ele, a questão não se restringe a como pagar, mas se se vai pagar.

Em comum, as diversas tendências do PMDB têm apenas a disposição de ampliar a discussão da dívida para além dos quadros econômicos. “O Brasil não precisa de dinheiro novo, mas deixar de pagar o que deve, e não faz nenhum sentido aumentar a dívida sem discutir o seu montante e as razões que levaram a isso”, defende, praticamente refletindo a opinião dos demais companheiros de bancada, o deputado Irajá Rodrigues (RS).

Coordenador do conhecido “Grupo dos 14”, que vem participando de constantes discussões e troca de idéias com a equipe do ministro da Fazenda, Rodrigues garante que o PMDB tem sido ouvido, e tem ouvido com antecedência as principais decisões do governo, justificando, assim, o apoio que o partido, em parte, formula ao ministro Funaro.

Na prática, porém, o resultado parece estar sendo bem diferente do que o partido deseja. O ministro da Fazenda vem se sustentando politicamente no fato de estar renegociando a dívida sem recorrer ao FMI e suspendendo o pagamento dos juros, mas o Plano de Financiamento Brasileiro 1991 demonstra que a estratégia é, no mínimo, delicada. Os números são claros, talvez definitivos: o papagaio vai ser bem maior em quatro anos.